

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO, LIBERDADE DE APRENDER OU DEPENDÊNCIA DO FINANCIAMENTO PÚBLICO? O DEBATE EM TORNO DA CONTRATUALIZAÇÃO COM O ESTADO, FACTOS E ARGUMENTOS

Fátima Antunes

*Centro de Investigação em Educação (CIEd) - Universidade do Minho-Portugal,
fantunes@ie.uminho.pt*

Resumo

Procura-se contribuir para esboçar uma problemática de pesquisa em torno da privatização em educação, no quadro das relações entre o Estado e os domínios público e privado tomando como horizonte a construção do direito fundamental à educação e do bem-estar social, situados no Portugal democrático. Nas dinâmicas de privatização da educação em Portugal, nos quarenta anos de democracia, destaca-se um conjunto de medidas impulsionadas pelo Estado, ainda que seja importante a presença de outros atores.

Desde os anos 80, em que a procura de educação cresceu mais do que as estruturas disponíveis, o Estado celebrava contratos diversos (de associação, de patrocínio, ...) com escolas privadas, através dos quais financiava a escolarização de alunos que não tinham resposta (vagas) nas escolas públicas. Desde meados dos anos 90, segundo notícias da comunicação social, este processo vem assumindo outros contornos, quer mantendo aqueles contratos quando o sistema e as escolas públicas já podem responder à procura, quer não criando escolas públicas em certas localidades porque já lá operam escolas privadas sustentadas por contratos com o Estado.

O debate público em torno desta questão mantém-se até hoje com interlocutores e argumentos que convocam o direito fundamental à educação e o sistema público que constitucionalmente o realiza ou o direito de aprender e ensinar consagrado na Constituição da República Portuguesa ou ainda perspectivas conflituais de concretizações do bem público. Metodologicamente esta pesquisa apoia-se num corpus documental heterogéneo e procurou recensear as posições assumidas pelos principais envolvidos na controvérsia em torno destes contratos com o Estado.

Palavras-chave: privatização, educação, Estado, contratualização, relações público-privado

Abstract

This paper is intended to contribute to outline a research framework concerning privatization in education, involving the relationships between the state and the public and private domains and taking as horizon the construction of the fundamental right to education and of social welfare, in democratic Portugal. In the dynamics of privatization of education in Portugal, in the forty years of democracy, there is a set of measures driven by the state, although it is important the presence of other actors. Since the eighties, when the education demand grew more than the available structures, the state celebrated several contracts (of *association* ...) with private schools, through which financed the education of students who did not have an answer (vacancies) in public schools. Since the mid-90s, according to media reports, this process has taken on other forms, either by keeping those contracts when the public system can already meet the demand, or not creating public schools in certain areas because there already operate private schools supported by contracts with the State. The public debate on this issue keeps today with participants, audiences and arguments which call the fundamental right to education and the public system that constitutionally realize it or the right to learn and to teach embodied in the Portuguese Constitution or conflictual points of view about the materialization of the public good. Methodologically this research is based on a heterogeneous document corpus and essays to capture the positions of the key players in the controversy surrounding these contracts with the state.

Keywords: privatization, education, state, contracting, public-private relationship

INTRODUÇÃO

Num texto anterior que alinhava alguns apontamentos sobre políticas, processos e atores de privatização em educação nos 40 anos de democracia, sugeriu-se que, em Portugal, o Estado e as políticas públicas têm desempenhado um papel central, argumentando que

“Durante muito tempo, com fases e combinações distintas, pode observar-se uma espécie de duplicidade na ação estatal, com o acento tónico ora na expansão e consolidação do sistema público, ora no apoio e sustentação de atores e dinâmicas de ampliação do espaço e da influência privados, às vezes assumindo simultaneamente uma e outra orientação em setores diferenciados.” (Antunes, 2015: 141).

Nesta comunicação, toma-se a contratualização de serviços educativos com o Estado, especificamente através dos chamados ‘contratos de associação’ de escolas privadas ao sistema público de educação, como um caso ilustrativo e elucidativo de certos aspetos da problemática da privatização em educação, no quadro das relações entre o Estado e os domínios público e privado e tomando como horizonte a construção do direito fundamental à educação e do bem-estar social, situados no Portugal democrático. Propõe-se um breve e ainda inicial exercício de pesquisa organizado em quatro momentos: uma primeira secção discute alguns elementos do referencial teórico que orienta o percurso investigativo; de seguida, apontam-se algumas interrogações e coordenadas teórico-metodológicas mobilizadas; num terceiro passo, convocam-se e discutem-se alguns dados de observação para no momento seguinte propor algumas considerações e pistas de análise sugeridas pelo exercício investigativo prosseguido.

1. Estado, governação e privatização em educação. Uma problemática para interrogar e compreender as realidades portuguesas de hoje

O exercício investigativo agora iniciado integra-se num percurso de estudos que procura articular as problemáticas da *governação* e da reforma do Estado *gerencial*, no quadro da *globalização* e *europização* da educação. Estes questionamentos buscam contribuir para elucidar transformações do papel do Estado, que envolvem processos de privatização, no domínio do bem estar e dos direitos sociais, em particular o direito fundamental à educação, no nosso país, a partir dos anos 80 do século passado. Nesta comunicação não serão mobilizadas perspectivas que discutem os processos de globalização e de europeização da educação, mas limitar-nos-emos a refletir alguns instrumentos analíticos mais diretamente pertinentes para um primeiro exercício interpretativo e de observação de alguns elementos do debate em torno dos contratos de associação de escolas privadas ao sistema público, recentemente desencadeado pela decisão governamental de celebrar novos contratos de início de ciclo apenas na situação de carência da resposta pública de educação.

A problemática da *governação* e da reforma do Estado *gerencial* é convocada para dar conta da criação de novas modalidades de provisão da educação (e outros bens e serviços que concretizam direitos sociais) e de coordenação sociopolítica que envolvem a reconstrução em novos moldes da centralidade (para fazer o quê? Em nome e em benefício dos interesses de quem?) e das prioridades do Estado e outras autoridades políticas (a UE, por exemplo) (cf. Dale, 1997, 2005; Clarke & Newman, 1997). Tem vindo assim a ser progressivamente fabricado um universo educacional de fronteiras movediças, “formas organizacionais hibridizadas, arranjos de governança inovadores”, com “o envolvimento de uma multiplicidade de novos provedores de diferentes tipos, e a redistribuição de poder e responsabilidade” (Newman & Clarke, 2012, p. 353; Junemann & Ball, 2013, p. 423). Os fenómenos de *des-estatização do regime político* ocorrem então a par e passo com desenvolvimentos de *desnacionalização do Estado*, alterando escalas, atribuições, protagonistas (Jessop, 1995a apud Santos, 2001) e impulsionando, no dizer de alguns, uma deslocação de governo para governação (*a shift from government to governance*) (Jessop, 1995b). Lançado no bojo das crises do capitalismo e da democracia e na sequência das críticas e propostas, de sinal contrário, em torno da *legitimidade* ou da *governabilidade*, o programa da *governação*, entendida como matriz de regulação sociopolítica de orientação hegemónica, é tematizado a partir daquela última (Santos, 2005). É esse o sentido das tendências e propostas de mudança de regime, em torno da privatização, mercantilização e liberalização, dominante entre meados dos anos 80 e 90. Por seu lado, também as reivindicações de participação popular, inclusão e justiça sociais marcam a agenda política da *governação contra-hegemónica*, promovida por atores e processos comprometidos com a interpelação do capitalismo e

da democracia em termos de redistribuição e emancipação social e protagonizada por uma pluralidade de sujeitos e de projetos (cf. Santos, 2005). Como insistentemente sublinha Cardoso, “Importa reflectir sobre os interesses que são promovidos e sobre o que esses interesses estão fazendo à relação Estado-mercado-sociedade civil (...) e fazê-lo num quadro em que os resultados de qualquer iniciativa ou desenvolvimento são avaliados pela forma como os padrões de igualdade e de justiça social se manifestam em cada local” (Cardoso, 2005, p. 113).

As políticas públicas, as dinâmicas e processos sociais associados às globalizações e à constituição da União Europeia, a reestruturação da economia global em curso, também desde meados dos anos 70, e a negociação da posição (semiperiférica?) da economia e da sociedade portuguesas, no quadro da UE (Santos, 2012), as alterações estruturais da sociedade portuguesa (Costa, 2012) constituíram os principais motores e fatores envolvidos na construção do Estado de Bem-estar português, já em período des-síncrono, e até em contraciclo, face a mudanças em curso nas sociedades do centro e norte da Europa (Afonso, 1998). Nessa medida, em Portugal construímos o que alguns designam um *semi-Estado-Providência* (Santos, 1990) e vivemos em consequência, a (sua) simultânea crise e consolidação da escola de massas, processo muito fortemente presente nos anos 90 (Stoer, 1994).

As políticas públicas são, assim, cruciais em Portugal, quer para sustentar a democratização da educação e os direitos sociais, quer para impulsionar reformas do Estado que, também desde os anos 90, bem se pode dizer foram a expressão da crise do semi-Estado de Bem-estar português. Na verdade, um dos primeiros afloramentos do debate sobre privatização da educação em Portugal ocorre desde os anos oitenta em torno do ensino superior, da educação de infância e da educação profissional (cf. Estevão, 1998; Seixas, 2000; Vilarinho, 2000; Antunes, 2004). Em qualquer destes casos, o domínio privado assumiu uma dimensão significativa, acolhendo largas percentagens dos inscritos. Naqueles setores, à época, o Estado não responde à demanda das populações através da estrutura pública e deliberadamente cria espaço para a expansão da oferta privada. Neste enquadramento, o Estado português optou, por ação e omissão, por promover a privatização e mercadorização da educação. Desde os anos 90, as políticas públicas dinamizaram uma evolução diferenciada em cada um dos setores, no que toca à provisão privada, ao papel assumido pelo Estado na *governança* (financiamento, provisão, regulação e propriedade) da educação (Dale, 1997), à configuração do direito e da democratização da educação (Antunes, 2015).

No campo da educação, entre outras alterações, inicia-se o envolvimento do país em dinâmicas de *europização* (Antunes, 2004; Dale, 2008) que assumem algumas especificidades, dadas as particulares condições das *realidades educativas portuguesas*, traduzidas, entre outras pela simultânea *crise e consolidação da escola de massas* (e do Estado de Bem-estar), mas também do desenvolvimento num mesmo tempo das chamadas (e controversas) *gerações de direitos*: civis e políticos; económicos e sociais; e culturais (cf. Santos, 1997; Silva, 2013). A partir do final da década de oitenta do século XX, entra em força no debate público, político e académico a redefinição do papel do Estado de principal protagonista na regulação, financiamento, propriedade e provisão da educação, a que corresponde a responsabilidade da criação de um sistema público universal de educação, atribuída pela Constituição da República Portuguesa de 1976. Esta questão ganhou acuidade naquele momento histórico face à expansão do ensino privado no nível superior e à criação, por iniciativa estatal, do sistema de escolas profissionais, de nível secundário e de âmbito nacional, com financiamento público, mas assumindo em regra um estatuto juridicamente privado (Antunes, 2004; Seixas, 2000). Aquela que foi designada a segunda década de transição (Afonso, 1998) instituiu assim um novo papel para o Estado na educação em Portugal, que, em boa verdade, iniciava um percurso que haveria de consolidar-se nas décadas seguintes e envolve certas opções na organização dos serviços de bem-estar social conotadas com a reforma do *Estado gerencial* (Clarke & Newman, 1997).

A compreensão do Estado como relação política e como campo de luta política (Santos, 1990, 1993; Peroni, 2011: 24 e ss.) permite elucidar o seu protagonismo nestes 40 anos de democracia em dois processos entrelaçados e paralelos: a expansão do sistema público de educação que constitucionalmente realiza e consolida o direito à educação da população portuguesa, enquanto favorece e fomenta atores e processos de privatização e mercadorização, que fragilizam e precarizam o mesmo direito fundamental. A *crise e consolidação do semi-Estado-providência* e da escola de massas em Portugal, o *neoliberalismo educacional mitigado* (Santos, 1990; Stoer & Araújo, 1992; Afonso, 1998) têm naquela duplicidade do Estado um dos seus fundamentos. Do mesmo modo, o entendimento da *governança* (como matriz de regulação social e coordenação da ação coletiva) (Santos, 2005; Dale, 2005) como campo de práticas sociais e de luta e ação políticas abre

pistas para interrogar e observar o mais recente episódio do debate (e confronto político) sobre os contratos de associação de escolas privadas ao sistema público e o papel aí desempenhado pelo Estado.

2. Um exercício teórico-metodológico: reservas e limitações

O exercício exploratório de investigação agora apresentado integra-se numa estratégia metodológica que, inscrevendo-se no paradigma qualitativo de análise, constrói como um estudo de caso a decisão política (divulgada em Março de 2016) de circunscrever a celebração de contratos de associação em início de ciclo aos contextos em que se verifica carência de resposta do sistema público. O objeto de estudo é provisoriamente delimitado através das seguintes perguntas de investigação: Que projetos se revelam e se confrontam no quadro dos desenvolvimentos desencadeados na sequência desta medida? Qual a fonte e qual o mandato desta decisão política? Que atores a influenciam e protagonizam? Qual o papel assumido pelo Estado? Neste contexto, propõem-se duas principais técnicas de recolha de informação: (i) a constituição de um corpus documental, envolvendo registos produzidos pelos atores mais influentes (por exemplo, os relatos das sessões da Assembleia da República, os comunicados ou petições, ...) e informação veiculada pela imprensa; (ii) a realização de entrevistas semi-estruturadas a protagonistas marcantes do debate e demais desenvolvimentos decorrentes daquela decisão política¹. A construção e análise de dados mobiliza a análise de conteúdo, quer do corpus documental, quer das entrevistas.

O exercício exploratório e preparatório de investigação que de seguida se apresenta incide numa das vertentes deste estudo de caso, mais especificamente no debate que vem tendo lugar em torno daquela decisão política desde o início do ano e procurou recensear atores e temas protagonistas desse debate. Do ponto de vista da recolha de informação, apoia-se num corpus documental, em boa medida constituído por: (i) registos oficiais como os Debates da Assembleia da República, os comunicados dos Movimentos ou de outros atores (partidos políticos, associações de pais, entidades religiosas); (ii) informação veiculada pela imprensa. Como se vem sublinhando, esta comunicação apresenta-se como um exercício exploratório e preparatório de investigação, arriscado e limitado, porque se exerce em pleno curso dos acontecimentos e porque, tomando como um dos suportes a informação produzida pela imprensa, é enorme a probabilidade de a interpretação assim produzida ser marcada por vieses que, apenas mais tarde, uma mais intensa utilização do recurso metodológico da triangulação com informação proveniente de outras fontes, permitirá mitigar. Mesmo tendo hesitado até ao último momento, a decisão de aqui trazer esta discussão justifica-se pelo facto de, constituindo um exercício exploratório e preparatório de investigação, a comunicação permitir organizar e discutir dados já apurados, refletir e visibilizar as suas limitações e submeter a sua análise ao debate e confronto com o olhar dos membros da comunidade científica. É ainda possível apresentar e submeter à apreciação crítica dos pares o projeto de estudo a desenvolver.

3. O estudo do caso dos contratos de associação: elementos para compreender o papel do Estado em educação

3.1. Porque se trata de um caso de privatização ilustrativo e elucidativo?

A contratualização da provisão da educação com entidades privadas é uma das modalidades de resposta educativa cujo significado depende dos termos da problemática que antes enunciámos: (i) as relações entre o Estado e os domínios público e privado; (ii) a construção do direito fundamental à educação; (iii) a construção do bem-estar social.

Ora, os *contratos de associação* assumiram, até ao momento em que escrevemos (julho de 2016), significados diversos: (i) durante cerca de uma década, desde os anos oitenta até meados da década de 90, permitiram a *associação* (através de contrato anual) de uma escola privada ao sistema público

¹ O conjunto de entrevistas a realizar envolveria decisores e outros atores políticos, responsáveis da Associação de Ensino Particular e Cooperativo/AEEP, da Federação Nacional de Educação/FNE, da Federação Nacional de Professores/FENPROF, da Igreja Católica, do Grupo GPS, protagonistas dos dois Movimentos gerados a propósito desta medida: o *Movimento de Defesa da Escola Ponto*; o *Movimento Unir Vozes em Defesa da Escola Pública*.

para prover resposta educativa necessária em locais onde a resposta pública não estava ainda disponível; (ii) desde os anos noventa e durante mais de uma década, até 2013, sobretudo em certas zonas do país, passaram a financiar a frequência de escolas privadas por dezenas de milhares de alunos que dispunham de vagas na escola pública da zona²; (iii) em 2013, no quadro do novo Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo, os contratos de associação foram celebrados, para um dado território, com base em candidaturas e financiamentos *plurianuais*, em diversas situações duplicando a provisão pública e funcionando como instrumento de financiamento de certos operadores do ensino privado pelo Estado; (iv) em janeiro deste ano, o Ministério da Educação anunciou que: manterá os contratos de associação existentes para financiar a frequência de alunos que se encontram a meio de um dado ciclo de estudos até à conclusão do mesmo; no ano letivo de 2016/2017, o Estado apenas financiará a frequência de escolas privadas por alunos em início de ciclo, nas situações previstas para a figura legal de contrato de associação, isto é, aquelas em que a resposta pública existente seja inadequada ou insuficiente.

Nestas mais de três décadas e quatro momentos, o contrato de associação dissociou-se numa larga fração das suas aplicações, do seu sentido inicial e foi apropriado e utilizado pelo Estado e seus agentes, pelos operadores privados, lucrativos e não-lucrativos, de provisão de educação, pelos estudantes e suas famílias, para avançar interesses diversos; estas dinâmicas, durante a maior parte desse período, distanciaram-se dos objetivos iniciais de cumprimento do direito (ao acesso) à educação em situação de carência de resposta pública, para se tornar um instrumento de promoção de um mercado protegido de educação para certos e muito limitados operadores de ensino privado. Em boa medida, o Estado (às vezes central, mas também local) e os seus agentes são cooptados transformando o contrato de associação criado como um instrumento de concretização do direito à educação num instrumento de financiamento de operadores privados de educação, através do pagamento da frequência de educação privada por alunos com resposta educativa no sistema público.

O caso dos contratos de associação de escolas ao sistema público de educação elucida então, em primeiro lugar, o papel dúplice do Estado e das políticas públicas em Portugal, no domínio do bem estar social, ora favorecendo a construção de estruturas públicas de provisão de serviços que configuram direitos (como a educação, a saúde, a segurança social), ora abrindo espaços, dinamizando mercados, criando oportunidades para os operadores privados; elucida ainda como uma mesma figura jurídica e instrumento de ação pública pode, em contextos institucionais e sócio-políticos diferentes, ser utilizado para fins diversos, produzir resultados materiais distintos e assumir sentidos políticos antagónicos; pode também reconhecer-se que, ao delegar competências, o Estado exerce e transfere poder, cria relações e processos sociais cujos contornos e implicações dependem de múltiplos atores envolvidos.

3.1.2. Atores, temas e processos

Os principais atores que publicamente contribuíram para o debate recente em torno desta modalidade de contratualização de serviços educativos são: o Estado/o XXI Governo Constitucional (Primeiro Ministro, Ministro da Educação, Secretária de Estado); os partidos políticos com representação parlamentar (CDS/PP, PSD, PS, PCP, PEV, BE); a Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo/AEEP (o seu secretário-geral); a Igreja Católica; a Federação Nacional de Professores e, mais discretamente, a Federação Nacional de Educação/FNE e Associações de Pais. Em particular, em torno desta decisão política, geraram-se dois novos atores coletivos que federaram, mas não substituíram ou se confundiram com aqueles: o *Movimento de Defesa da Escola Ponto* e o *Movimento Unir Vozes em Defesa da Escola Pública*.

Uma sucinta análise exploratória do conteúdo de um corpus documental ainda em construção, incluindo Diários da Assembleia da República, Comunicados/Petições dos Movimentos, Associações e Partidos³, notícias principalmente (mas não exclusivamente) dos dois diários *Público* e *Diário de*

² Durante o XVIII Governo Constitucional (2009-2011), a então Ministra da Educação, Isabel Alçada, procurou reorganizar a rede de escolas com contratos de associação; tal processo desencadeou uma reação fortíssima dos envolvidos, com manifestações de rua, encerramento de escolas e outros desenvolvimentos. Esta tentativa saldou-se pela manutenção quase intocada da rede de escolas com contratos de associação e pela diminuição progressiva do financiamento por turma.

³ Conferir: Diário da Assembleia da República, I Série — Número 65 de sábado, 7 de maio de 2016; Diário da Assembleia da República, I Série — Número 70 de sexta-feira, 20 de maio de 2016; Diário da Assembleia da República, I Série — Número 83

Notícias, no período compreendido entre janeiro e setembro de 2016 (mais de 100 peças jornalísticas), permite construir o seguinte quadro:

Quadro 1- O caso dos contratos de associação: movimentos, argumentos e atores (janeiro/setembro 2016)

Movimentos	Argumentos/categorias	Sujeitos	
Movimento de Defesa da Escola Ponto (Movimento DEP)	Liberdade de escolha/Equidade na escolha	AEEP; CONFAP; CEP; CDS/PP; <i>Movimento DEP</i>	
	Instabilidade social/Incerteza face ao futuro/Incumprimento de contratos	AEEP; PSD;CDS/PP	
	Escola pública e escola privada	indistinação de financiamento	CDS/PP; PSD
		escola privada mais qualidade e menos custos	AEEP/ <i>Movimento DEP</i>
	Apenas 2% do orçamento do ME	CDS/PP; AEEP	
Movimento Unir Vozes em Defesa da Escola Pública (Movimento UV)	O interesse público: oposição à duplicação de financiamento em educação	Governo; PCP; <i>Movimento UV</i>	
	Uma exigência constitucional: concentrar recursos na escola pública porque é a escola de todos, a que garante igualdade de oportunidades	Governo; PS; <i>Movimento UV</i>	
	A transparência da justificação dos contratos: insuficiência da resposta pública	<i>Movimento UV</i> ; BE; PCP	

Uma muito breve leitura dos argumentos aqui recenseados permite compreender que os desenvolvimentos desencadeados a partir da decisão política de avaliar as necessidades de contratos de associação de escolas ao sistema público trouxeram a debate questões que envolvem opções de regime de bem-estar social, em particular quanto ao papel do Estado. Como é reconhecido, tais questões têm estado no centro das tendências políticas das últimas décadas, bem como do nosso passado recente. Nesse sentido, enquanto objeto de estudo, esta decisão política e as dinâmicas que desencadeou parecem revelar-se um objeto de estudo promissor quanto ao seu potencial heurístico de conhecimento da sociedade portuguesa.

4. Considerações Finais. Fragilidades e promessas de um exercício em curso sobre um processo em andamento

Este exercício foi iniciado com a perspetiva de compreender o que a decisão política em foco e os desenvolvimentos associados, em particular o debate despoletado, poderiam contribuir para o conhecimento do debate educativo em Portugal. Com as fragilidades e as limitações reconhecidas, por se tratar de um exercício preparatório de investigação em curso, sobre um processo em andamento, dele resultam algumas interessantes pistas de problematização e pesquisa futura: (i) a geração de dois (auto-intitulados e reconhecidos) *Movimentos*, cujas configurações merecem atenção mais demorada: protagonizam lutas e confrontos, protestos, poderes e interesses, em articulação com outros movimentos e formas de organização política clássicos, como Associações, Partidos, Sindicatos, mas nem os substituem, nem coincidem com eles; qual o seu significado é uma indagação pertinente; (ii) o facto de se observar uma grande proximidade entre um dos *Movimentos* (*Unir Vozes em Defesa da Escola Pública*) e o Governo em funções, de tal modo que uma das faces do enfrentamento nas manifestações de rua é a defesa da decisão política envolvida, o que constitui também um inédito em educação no país, pelo menos nas últimas três décadas.

Nesse sentido, este exercício preparatório de investigação, para além da exploração de certos aspetos da problemática da privatização em educação, pode ter suscitado questões, objetos e objetivos de investigação não antecipados.

de sábado, 25 de junho de 2016; Projeto de Deliberação n.º 9/XIII/1.ª; Petição Nº 118/XIII/1, Em defesa da Escola Pública; Petição pública 'Eu escolho a escola do meu filho' (<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT80841>); Comunicado - Despacho Normativo nº 1-H/2016 (http://www.confap.pt/conteudo/noticias/comunicado_desp_norm_1H-2016); Comunicado de Imprensa 'Colégios jesuítas com contrato de associação em risco' (<http://www.agencia.ecclesia.pt/noticias/nacional/ensino-jesuítas-dizem-que-colegios-com-contrato-de-associacao-estao-em-risco/>).

Referências

- Afonso, A. J. (1998). Políticas educativas e avaliação educacional. Para uma análise sociológica da reforma educativa em Portugal (1985-1995). Braga: Universidade do Minho.
- Antunes, F. (2004). Políticas educativas nacionais e globalização. novas instituições e processos educativos. O subsistema de Escolas Profissionais em Portugal (1987-1998). Braga: Universidade do Minho.
- Antunes, Fátima (2015). Políticas, processos e atores de privatização em Portugal: apontamentos. In Vera M. V. Peroni (org.), Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação (pp. 129-143). São Leopoldo: Oikos.
- Cardoso, C. (2005). O público no privado e o privado no público em Portugal e na Inglaterra. In Th. Adrião & V. Peroni (eds), O público e o privado na educação. Interfaces entre Estado e sociedade (pp. 81-117). São Paulo: Xamã.
- Clarke, J. & Newman, J. (1997). The managerial state. Londres: Sage.
- Costa, A. (2012). Desigualdades sociais contemporâneas. Lisboa: Mundos Sociais.
- Dale, R. (1997). The State and the governance of education: an analysis of the restructuring of the State-education relationship. In A. H. Halsey, H. Lauder, Ph. Brown & A. Wells (eds), Education — culture, economy and society (pp. 273-282). Nova Iorque: Oxford University Press.
- Dale, R. (2005). A globalização e a reavaliação da governação educacional. Um caso de ectopia sociológica. In A. Teodoro & C. A. Torres (eds) Educação crítica e utopia. Perspectivas para o século XXI (pp. 53-69). Porto: Afrontamento.
- Dale, R. (2008). Construir a Europa através de um Espaço Europeu de Educação. Revista Lusófona de Educação, 11, 13-30.
- Estêvão, C. V. (1998). Redescobrir a escola privada portuguesa como organização: na fronteira da sua complexidade organizacional. Braga: Instituto de Educação e Psicologia/CIEd.
- Jessop, B. (1995a). The future of the national: erosion or reorganization? General reflections on the Western European case. Comunicação apresentada na 2ª Conferência da Revista Theory, Culture and Society, "Culture and identity: city, nation, world. Berlim, 10-14 Agosto.
- Jessop, B. (1995b). The regulation approach, governance and post-Fordism: alternative perspectives on economic and political change? International Journal of Human Resource Management, 24(3), 307-333.
- Junemann, C. & Ball, S. (2013). ARK and the revolution of state education in England. Education Inquiry 4, 423-441. <http://dx.doi.org/10.3402/edui.v4i3.22611>.
- Newman, J. & Clarke, J. (2012). Gerencialismo. Educação & Realidade, 37(2): 353-381. <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362012000200003>.
- Peroni, V. (2011). Público/privado na educação especial em tempos de redefinições no papel do Estado. In M. Kassar (Org.), Diálogos com a diversidade: sentidos da inclusão (pp. 39-60). Campinas: Mercado de Letras.
- Santos, B. de S. (1990). O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988). Porto: Afrontamento.
- Santos, B. de S. (1993). Portugal: um retrato singular. Porto: Afrontamento.
- Santos, B. de S. (1997). Por uma concepção multicultural de direitos humanos. Revista Crítica de Ciências Sociais, 48, 11-32.
- Santos, B. de S. (2001). Os processos de globalização. In B. de S. Santos (org.), Globalização. Fatalidade ou utopia? (pp. 31-106). Porto: Afrontamento.
- Santos, B. de S. (2005). A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. Revista Crítica de Ciências Sociais, 72, 7-44.
- Santos, B. de S. (2012). Portugal. Ensaio contra a autoflagelação. Coimbra: Almedina.
- Seixas, A. M. (2000). O ensino superior privado em Portugal: políticas e discursos. Revista Portuguesa de Educação, 13(2), 53-79.

- Silva, F. (2013). Cidadania. In J. L. Cardoso, P. Magalhães & J. M. Pais, Portugal social de A a Z. Temas em aberto (pp. 35-42). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Expresso.
- Stoer, S. (1994). O Estado e as políticas educativas: Uma proposta de mandato renovado para a escola democrática. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 41, 3-33.
- Stoer, Stephen R. and Helena C. Araújo (1992). *Escola e Aprendizagem para o Trabalho num País da Semiperiferia Europeia*. Lisboa: Escher.
- Vilarinho, M. E. (2000). *Políticas de educação pré-escolar em Portugal (1977-1997)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional.